

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Processo Seletivo de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Carangola/MG e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital**

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
200240000025	João Pedro De Oliveira Cardoso	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000026	Isaac Onibeni Barros	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000029	Ana Carolina Veloso Dias	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000046	Rayhan Veiga Lage	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000059	Rodson Pinheiro Louback	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000136	André Ângelo Da Silva Lopes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000140	Diego Gomes Câmara Senra	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000203	Rosana Soares De Oliveira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000207	Laura Maria Furtado Campos Garcia	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000268	Lorraine Cristine Duarte Leal	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000275	Giseli De Souza Vieira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000284	Matheus Toledo Fonteles	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000368	Lucas Fernandes Da Silva	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000378	Wallacy Godinho Machado	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000379	Eliane Fernandes Lopes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000392	Laura De Oliveira Alves	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000421	Rayssa Ferreira Viana	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000437	Rafael Lacerda Nogueira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000438	Mariane Ramos Carvalho Nogueira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000441	Grazielle Silva Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000490	Mariana Luiz Braga	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000520	Bruno Jose Porfirio De Sousa	Agente Comunitário de Saúde (ACS)

200240000574	Laryssa Azevedo Barcelos	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000741	Kauane Menegucci Gomes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000767	Luiz Henrique Raimundo	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000776	Carmem Milena Alves Duarte	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000816	Gian Lucca Carvaline	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000821	Joao Carlos Veloso Bertolace	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000836	VITOR DE SOUSA AZEVEDO	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000842	Wesley Costa Chemp	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000889	Pedro Filipe Santiago Balmant Ferreira De Melo	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000940	Maria Eduarda Dos Santos Chaiben	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000953	Nathália Silva Lopes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000983	Igor Júlio De Almeida Oliveira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000985	André Henrique Laurindo Santos	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000997	Carlos Eduardo Pinheiro Chaiben Junior	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001000	Ranielen Torres Fernandes De Almeida Loura	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001004	Wemerson Pereira De Oliveira	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001032	Luiz Guilherme De Souza	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001037	Aline Karolina Monteiro Santos	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001069	Dayanne Lobato De Oliveira Valerio	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001074	Rafael Costa Freitas	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001110	Ana Carolina Vieira Araújo	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001132	Sebastião Vieira Da Silva Neto	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001217	Gilbert Cireli Contin	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001225	Myrelle Paula Nazare	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001265	Isis De Almeida Cavalini	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001404	Ellen Viana Ângelo	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001527	Gabriel Ferrari Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001784	Rafael Silva E Silva	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001844	Wedrey Valente Brum	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001984	Luísa Mignone Paixão	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240001998	Vanessa De Assiz Silva	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240002079	Cleuber Lucio Da Silva	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
200240000031	Isaac Onibeni Barros	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000119	Yandra Fernandes Pires De Abreu	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000138	André Ângelo Da Silva Lopes	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000149	Diego Gomes Câmara Senra	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000178	Rosana Soares De Oliveira	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000440	Mayara Morais Da Silva	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000442	Graziele Silva Ribeiro	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000742	Kauane Menegucci Gomes	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000954	Nathália Silva Lopes	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240000998	Carlos Eduardo Pinheiro Chaiben Junior	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240001218	Gilbert Cireli Contin	Agente de Combate a Endemias (ACE)
200240001972	Juliano Simeão Rodrigues	Agente de Combate a Endemias (ACE)

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde (ACS)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A produção textual é um processo complexo que mobiliza diversas capacidades e conhecimentos de escrita. Tem como objetivo transmitir uma mensagem, cumprindo uma finalidade comunicativa. Para bem compreender e interpretar um texto, o leitor deverá ter a capacidade de mobilizar os conhecimentos prévios que possui sobre o assunto do texto e permitir que a aquisição do novo conteúdo que está sendo lido seja feita de forma relacionada com a informação já possuída. Conclui-se, portanto, que o objetivo comunicativo do texto de Nelson Tanure é: fomentar e promover a música clássica, enaltecendo-lhe as qualidades.

A opção de resposta B: “ênfatizar a hegemonia da música clássica em relação a outras obras de arte” não atende ao questionamento abordado, pois a música clássica não “domina” as demais obras de arte.

O 2º§ é enfático ao afirmar que: “Diferentemente das outras artes, como literatura, pintura, escultura, e independentemente de qualquer época, estilo ou escola, ela pode ser apreciada, admirada, curtida o tempo todo. Ao contrário de outros gêneros musicais, a suavidade dos clássicos, permite a leitura, o trabalho, o passeio. Na companhia de tão maravilhoso som, é possível arrumar a casa, cuidar dos filhos e, sobretudo, desenvolver as mais nobres das atividades: pensar, meditar e contemplar. É muito difícil, ou quase impossível, fazer tantas atividades sob os acordes de um samba, de um jazz ou de um rock. A música clássica é o caminho mais curto para o firmamento”.

Dessa forma, a música clássica evidencia outras características diferentes da “preponderância” em relação a outras obras de arte.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto de Nelson Tanure apresenta um saber já construído e legitimado, ou um saber teórico. Apresenta informações sobre a temática da “música clássica”, a suprema arte do gênero humano. O texto expõe, reflete, explica e avalia ideias de modo objetivo. Ressalta-se que o texto expositivo apenas expõe ideias sobre um determinado assunto. A intenção é informar, esclarecer.

As demais alternativas de respostas apresentam incoerências, a saber: “através de uma análise sobre o assunto anunciado, o ponto de vista do enunciador é revelado em primeira pessoa, havendo interação entre os fatos discutidos” (alternativa de resposta D); “é evidenciada uma visão com respaldo literário de modo pragmático e

concreto do tema , apresentando-o como algo que pode gerar inúmeras versões sobre as circunstâncias em análise” (alternativa de resposta C); e, por fim, “garante um tipo de posicionamento positivo, bem como facultativo por meio de recursos linguísticos aplicados, tais como modo verbal e linguagem” (alternativa de resposta A).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
4	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A universalidade musical transcende fronteiras e culturas, unindo pessoas através de melodias e letras que tocam o coração. A música transcende barreiras e conecta pessoas de todos os cantos do mundo. Surpreendentemente, até mesmo os surdos profundos encontram uma forma única de apreciar essa arte, através da vibração e emoção que ela proporciona. A música é uma linguagem universal, capaz de transcender barreiras culturais, linguísticas e sociais. Ela tem o poder de evocar emoções profundas, contar histórias e unir pessoas de diferentes origens e condições. O significado produzido através do título do texto: “Música para todos” é: a universalidade musical. Tal fato pode ser claramente comprovado através dos seguintes trechos: “Aprecio a generosidade da música. Ela se dá ao pobre, ao rico, ao culto ou ao iletrado. É universalmente acessível” (5º§); “Como explicou Simonsen, não é necessário ser um conhecedor ou um especialista em iniciação à música” (6º§); “Vale a pena ficar dependente, como propôs Simonsen, de uma arte que leva à felicidade suprema” (10º§).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ponto de vista é o modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; uma perspectiva. Através do título do texto: “Música para todos”, depreende-se que o autor expressa o seu ponto de vista. Trata-se da sua opinião própria; modo particular de entender, julgar ou perceber alguma coisa. As demais alternativas de respostas são ideais acessórias ou secundárias em relação ao texto.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
6	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o contexto em que estão aplicadas, a única associação indevida é “elementares”, que significa: que são essenciais, indispensáveis; imprescindíveis. No entanto, as demais relações estabelecidas estão coerentes com a conjuntura textual, a saber: suprema (extrema); generosidade (grandiosidade); e, harmonia (consonância).

Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
7	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Mas” é uma conjunção adversativa que exprime ideia de contraposição a algo dito anteriormente. Pode ser substituída por outras expressões que garantem o mesmo sentido à oração, como: “porém”, “todavia”, e “contudo”, por exemplo. Dessa forma, a única transcrição textual que atende ao questionamento abordado é: “Os tempos são outros, e há espaço para a convivência, não de dezenas, mas de centenas de gêneros musicais diferentes, alguns de gosto duvidoso”.

As demais transcrições evidenciam as seguintes ideias, a saber: “A música clássica é o caminho mais curto para o firmamento” – finalidade; “ Como explicou Simonsen, não é necessário ser um conhecedor ou um especialista em iniciação à música” – conformidade; e, por fim, “[...] é possível arrumar a casa, cuidar dos filhos e, sobretudo , desenvolver as mais nobres das atividades: pensar, meditar e contemplar” – principalmente; especialmente.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As conjunções subordinativas consecutivas introduzem as orações subordinadas adverbiais consecutivas. Tais conjunções introduzem uma ideia de consequência. Normalmente na oração principal aparecerá um elemento que dê ideia de intensificação (tão, tal, tamanho, tanto). A principal conjunção adverbial consecutiva é: “que”. Quando o contexto sugerir uma ideia de consequência, tente inserir a palavra “consequentemente” após a conjunção “que”. Se for possível tal inserção, estaremos diante de uma “consecutiva”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conjunção Coordenativa Conclusiva: as conjunções coordenativas alternativas são responsáveis por fazer a união entre duas ou mais orações com a intenção de exprimir ideia de fechamento. Exemplos: por isso, por isto, logo, portanto, assim, por conseguinte, pois (posposta ao verbo), por consequência, etc. Tendo em vista o contexto: “Sabemos que a produção dos clássicos é finita, assim como o foi a escola holandesa de pintura clássica. Os tempos são outros, e há espaço para a convivência, não de dezenas, mas de centenas de gêneros musicais diferentes, alguns de gosto duvidoso. Por isso , afirmo que não se faz, nem se fará, mais música clássica; mas é compreensível diante dos novos tempos, da velocidade da vida e dos valores atuais”, é possível inferir que, através da análise do trecho, “retoma-se ao mencionado anteriormente para introduzir fatos que demonstram a convivência de inúmeros gêneros musicais diferentes”. As demais alternativas de respostas são incorretas, a saber: “a partir de uma conclusão, a finitude da música popular é evidenciada”; “Com base em uma oposição, evidencia-se a situação desconexa em que se encontram os gostos musicais”; e, por fim, “Há uma comparação entre as artes e os gêneros musicais retratados no texto”.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é:

D) A PNAB de 2017 permite a inclusão de novos profissionais como psicólogos e assistentes sociais nas equipes de Atenção Básica, de acordo com as necessidades locais.

Comentário do Gabarito:

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017 trouxe maior flexibilidade para a composição das equipes de Atenção Básica no SUS, possibilitando a inclusão de profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, assistentes sociais e outros, para atender às necessidades específicas de cada território. Essa medida visa melhorar a resolutividade do cuidado e a adequação às demandas locais. A presença de agentes comunitários de saúde (ACS) continua sendo fundamental, mas a PNAB de 2017 flexibilizou a obrigatoriedade, permitindo variações conforme a organização dos serviços e a estrutura local. As alternativas A, B e C estão incorretas, pois restringem a composição das equipes ou apresentam interpretações equivocadas sobre o papel dos ACS.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Resposta correta: D) Direcionar recursos e atenção para grupos mais vulneráveis e com mais necessidades, visando reduzir desigualdades em saúde.

Comentário do gabarito:

O princípio da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS) não significa oferecer exatamente os mesmos serviços a todos, mas sim garantir que os recursos e serviços sejam disponibilizados de acordo com as necessidades específicas de cada grupo ou indivíduo. Assim, grupos historicamente vulneráveis ou marginalizados, como populações em extrema pobreza, áreas rurais, indígenas ou pessoas com doenças crônicas complexas, devem receber uma atenção proporcional às suas maiores necessidades. Isso visa reduzir desigualdades e promover justiça social, diferentemente de oferecer uma abordagem homogênea para todos ou priorizar casos simples ou populações de maior renda, o que seria contrário aos princípios do SUS.

Fonte:

- BRASIL. Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990). Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2024. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de (orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
25	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos recursos apresentados, é possível argumentar que a questão está corretamente formulada e que os conceitos de endemia, epidemia e pandemia foram adequadamente aplicados, conforme as diretrizes epidemiológicas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Embora se tenha levantado a possibilidade de ambiguidade no enunciado, a questão não é falha, pois exige que o candidato compreenda os conceitos de forma contextualizada, aplicando-os à realidade da dengue no Brasil e no mundo.

Primeiramente, o conceito de endemia, no qual a dengue se encaixa, refere-se à presença contínua e regular da doença em uma determinada região, com variações previsíveis em sua incidência ao longo do ano. A dengue, de fato, tem um comportamento sazonal, com surtos mais intensos nos períodos de maior calor e umidade. O argumento de que a dengue não ocorre "constantemente ao longo do ano" se baseia em uma interpretação parcial do conceito de endemia. Embora a dengue apresente picos sazonais, sua incidência é recorrente e previsível, o que justifica sua classificação como endêmica, como bem descrito na alternativa C.

Em relação à opção de pandemia, é importante destacar que, segundo a OMS, pandemia é caracterizada pela disseminação global de uma doença nova, afetando múltiplos países e continentes. No caso da dengue, a doença é amplamente disseminada em regiões tropicais e subtropicais, mas não se encaixa na definição de pandemia, já que não é uma doença nova e sua distribuição é predominantemente endêmica em várias partes do mundo. Portanto, a opção A, que descreve a pandemia, não é a mais apropriada para caracterizar a situação da dengue no Brasil, que é uma doença endêmica com padrões sazonais bem definidos.

Além disso, é importante destacar que a dengue, apesar de ser uma doença endêmica, tem apresentado um aumento alarmante de casos nos últimos anos, com mais de 6,5 milhões de casos registrados em 2023. Esse aumento está relacionado a fatores como mudanças climáticas, a expansão dos mosquitos vetores para novas regiões e a fragilidade dos sistemas de saúde em muitos países. Esses dados reforçam que, embora a dengue seja uma doença endêmica, ela continua sendo um desafio significativo para os sistemas de saúde e uma preocupação para a saúde pública global.

Portanto, os recursos que solicitam a anulação ou revisão da questão não são justificáveis, pois o enunciado está fundamentado em conceitos epidemiológicos corretamente aplicados à dengue, e as alternativas apresentadas são válidas dentro do contexto proposto. A questão testa, de forma objetiva, o conhecimento do candidato sobre a classificação de doenças e sua aplicação ao cenário atual, que é o comportamento endêmico da dengue.

Fonte:

- <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ACS tem a atribuição de orientar a população sobre medidas preventivas e cuidados com a saúde, incluindo a hidratação, que é uma prática essencial no manejo da dengue. Segundo o Ministério da Saúde, as recomendações incluem repouso e ingestão de líquidos para evitar a desidratação, que é uma complicação comum e grave da dengue. Embora o ACS não prescreva medicamentos, ele pode recomendar práticas seguras, como oferecer líquidos, alinhado às orientações do Ministério da Saúde. Embora a Educação Popular em Saúde considere saberes culturais, as diretrizes científicas e as orientações do Ministério da Saúde desaconselham o uso de banhos frios ou compressas com álcool em casos de dengue, devido ao risco de calafrios e intoxicação. A febre deve ser controlada de maneira segura, com repouso e hidratação, e, quando necessário, com o uso de medicamentos **indicados por profissionais de saúde**.

Fonte:

- www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área é um dos critérios previstos na legislação. E não da rede de segurança pública como consta na alternativa.

Referência:

- Brasil. **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990** . Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a lei n ° 8.142 de 1990, para receberem os recursos, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Conselho de Saúde, com composição paritária, e não com Conferência de Saúde, como consta na afirmativa.

Fonte:

- Brasil. **LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1990.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Portaria Federal no 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prevê os princípios e diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica. Os princípios são: universalidade, equidade e integralidade. As diretrizes são: a) Regionalização e Hierarquização; b) Territorialização; c) População Adscrita; d) Cuidado centrado na pessoa; e) Resolutividade; f) Longitudinalidade do cuidado; g) Coordenação do cuidado; h) Ordenação da rede; e i) Participação da comunidade.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve um erro de digitação na alternativa “Medicar glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência.” tornando-a INCORRETA.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado fica claro que a assertiva deve tratar de grupos populacionais não contemplados para as atividades de acolhimento e acompanhamento previstas como atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, na **LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018**. Para tanto, os grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde devem ter realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para **identificação e acompanhamento, de acordo com a LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018**.

Fonte:

- Brasil. **LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018**. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Cargo: Agente de Combate a Endemias (ACE)

Tipo 1 - BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O entendimento do termo se faz possível por meio do trecho em que se insere: *“Inseto nocivo? Talvez. Mas sua ignorância em entomologia não lhe dava chance de decidir entre a segurança e a injustiça”*. Não ciente das características do inseto, como, por exemplo, da possibilidade de sua periculosidade, o personagem mostra-se indeciso quanto a exterminá-lo ou não. Um melhor conhecimento de entomologia (estudo dos insetos) poderia sanar-lhe a dúvida.

De modo a corroborar a alternativa apontada como correta, cabe reprodução das definições para *“entomologia”* conforme os dicionários Priberam e Michaelis:

entomologia

(en-to-mo-lo-gi-a)

substantivo feminino

[Zoologia] Parte da zoologia que estuda os insetos. = INSETOLOGIA

entomologia

en-to-mo-lo-gi-a

sf

Zool Ramo da zoologia que trata dos insetos; insectologia, insetologia.

entomologia

(en-to-mo-lo-gi-a)

substantivo feminino

[Zoologia] Parte da zoologia que estuda os insetos. = INSETOLOGIA

Fontes:

- O próprio texto.
- "entomologia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/entomologia>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/entomologia/>

Tipo 1 - BRANCA

6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo, reproduz-se a regra de acentuação pela qual cada termo nas alternativas foi acentuado, conforme Bechara:

Anônimo: *Levam acento agudo ou circunflexo todos os proparoxítonos: cálido, tépido, cátedra, sólido, límpido, cômodo.*

Possível: *Levam acento agudo ou circunflexo os paroxítonos terminados em:*

[...]

d) – l: *útil, amável, nível, têxtil (não téxtil).*

Escritório: *Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue.*

Papéis: *São sempre acentuadas as palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados -éis, -éu(s) ou -ói(s): anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói(s) (flexão de corroer), herói(s), remói(s) (flexão de remoer), sói(s) (flexão de soer), sóis (pl. de sol).*

O único que partilha a mesma razão para acentuação com “ignorância” é “escritório”, pois ambos os termos são vocábulos terminados por ditongo oral átono.

Caso algum candidato entre com recurso de modo a alegar que “escritório”, a depender de sua pronúncia, pode ser considerado como termo proparoxítono, o que ensejaria consideração quanto à alternativa que contempla o termo “anônimo”, recorre-se a Celso Cunha:

“Não se separam as letras com que representamos:

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- Cunha, Celso Ferreira da. Gramática do português contemporâneo: de acordo com a

Tipo 1 - BRANCA

8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alcunha de “gigante” é conferida ao homem em comparação ao inseto, quando o texto apresenta a visão do animal frente ao humano: “Entretanto, o botão vivo o fizera, e ali estava, tranqüilo ou cansado, à mercê do gigante indeciso,

que procurava entender, não propriamente sua presença, mas a turbacão íntima que essa presença despertava no gigante” e “Distraiu-se avaliando essas limitacões e, ao voltar à observacão do visitante, este havia desaparecido, decepcionado talvez com a incomunicabilidade dos gigantes” . Para um inseto, um homem é considerado um gigante devido às enormes diferencas de tamanho e escala entre os dois, de modo que, ao contemplar a visão do inseto, o texto caracteriza o homem como um “gigante”.

Fonte:

- O próprio texto

Tipo 1 - BRANCA
9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opçao divulgada no gabarito preliminar.

Enquanto as outras alternativas apresentam verbos sublinhados cujo sujeito pode ser corretamente identificado como desinencial, pois, embora não esteja explícito na oracão, pode ser depreendido a partir do contexto, o mesmo não se pode dizer da alternativa que contempla sublinhado o verbo “ *seria* ” , pois seu sujeito é a oracão subordinada substantiva subjetiva “ *liquidar aquele bichinho* ” . Como ela está explícita na oracão, o sujeito do verbo pode ser identificado como simples.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.

Tipo 1 - BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opçao divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de locuçao adverbial formada de substantivo feminino, conforme previsao de Cegalla reproduzida abaixo:

A crase nas locuçoes

Acentua-se, geralmente, o a ou as de locuçoes formadas de substantivos femininos:

a) locuçoes adverbiais

à direita, à esquerda, à força, à farta, à milanesa (= à moda milanesa), à oriental (= à moda oriental), à mesa (estar à mesa), à noite (= de noite), à risca, à solta, à vontade, à saída (= na saída), à uma hora, às sete horas, à zero hora, às vezes, à toa, às claras, às pressas (ou à pressa), etc.

Não se pode falar em contraçao entre preposicão e artigo ou preposicão e pronome, pois, conforme Bechara, trata-se de preposicão pura:

Emprego do à acentuado – Emprega-se o acento grave no a para indicar que soa como vogal aberta nos seguintes dois casos:

[...]

2.º) quando representa a pura preposicão a que rege um substantivo feminino singular, formando uma locuçao adverbial que, por motivo de clareza, vem assinalada com acento diferencial:

à força, à míngua, à bala, à faca, à espada, à fome, à sede, à pressa, à noite, à tarde, etc. [SA.4, 11-23; CR.2, 233; ED.2, §§ 58 e 156; SL.1, 224].

Dessarte, tampouco se pode falar em locução prepositiva, pois a expressão conta tão somente uma preposição: “à”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

Tipo 1 - BRANCA

13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se do verbo “*ser*” conjugado no pretérito mais-que-perfeito, pois é uma forma verbal usada para indicar uma ação passada que ocorreu antes de outra ação também no passado. Isso se pode comprovar pelo intercâmbio da forma verbal por sua versão composta: “*ele havia sido o escolhido de um inseto*”. Como o verbo é seguido de um predicativo do sujeito, torna-se evidente que se trata de um verbo de ligação, o que exclui a possibilidade de que se trate do verbo “*ir*”, senão “*ser*”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

Tipo 1 - BRANCA

14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“*Animáculo*” é o termo “*animal*” acrescido do sufixo “*-culo*”, cujo significado se reproduz abaixo, conforme o dicionário Priberam:

-culo

sufixo

Sufixo átono que indica valor diminutivo (ex.: leônculo; principículo).

O sufixo de significado oposto ao de “*-culo*”, portanto, é o que tem valor aumentativo. É o caso do sufixo “*-ão*”, acrescido ao termo “*sentimental*” de modo a formar “*sentimentalão*”:

-ão

aumentativo

andorinhão, barrigão, cornetão, vespão

Analise-se os sufixos das alternativas diversas, de modo a excluir-lhes possibilidade de consideração:

Ficcionista:

-ista

atividade, origem, partidário

algebrista, ambientalista, autonomista, controlista, fenomenalista, integralista, quatrocentista, xilofonista, zapatista

Bichinho:

-inho

diminutivo

adeusinho, papudinho, xicarazinha

Turbação:

-ção

estado, qualidade

abafação, chapeação, defumação, isolação, ovalação, siglação, zingração

Fontes:

- "culo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/culo>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/como-consultar/etimologia/>

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O coletivo de insetos é enxame. Os outros termos se referem a outros animais: cáfila, a camelos; vara, a porcos; e rebanho, a bois, ovelhas, carneiros ou cabras. Abaixo, segue previsão dos dicionários Priberam e Michaelis On-line para tal:

enxame

(en-xa-me)

substantivo masculino

2. Grupo grande de insetos que voam em conjunto (ex.: enxame de borboletas; enxame de vespas).

Coletivos

Os substantivos coletivos podem referir-se especificamente a um grupo de seres, como boiada (bois), arvoredado (árvores), ramalhete (flores) etc., ou a diferentes espécies de seres, como bando (aves, crianças, bandidos), manada (bois, cavalos, elefantes), cacho (cabelos, bananas, uvas) etc.

[...]

enxame

de abelhas, de insetos

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/nocoes-gramaticais/coletivos/>
- "enxame", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/enxame>.

Tipo 1 - BRANCA

16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, constata-se, *ipsis litteris*:

"Poderão compor os NASF-AB as ocupações do Código Brasileiro de Ocupações - CBO na área de saúde:

Médico Acupunturista; Assistente Social; Profissional/Professor de Educação Física; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Ginecologista/Obstetra; Médico Homeopata; Nutricionista; Médico Pediatra; Psicólogo; Médico Psiquiatra; Terapeuta Ocupacional; Médico Geriatria; Médico Internista (clínica médica), Médico do Trabalho, Médico Veterinário, profissional com formação em arte e educação (arte educador) e profissional de saúde sanitária, ou seja, profissional graduado na área de saúde com pós-graduação em saúde pública ou coletiva ou graduado diretamente em uma dessas áreas conforme normativa vigente."

Portanto, é possível constatar que médico do trabalho inclui-se nessa lista.

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017

Tipo 1 - BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as atribuições comuns de ambos os profissionais, não sendo, portanto, um desvio do perfil do cargo. Uma vez em seu ambiente de trabalho, é esperado que o profissional saiba quais atribuições são divididas com outros membros da equipe.

Além disso, o enunciado é claro e direto ao solicitar 'De acordo com o estabelecido na Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, são consideradas atribuições comuns dos ACS e ACE'. Não há qualquer forma de ambiguidade nesta sentença.

Desta forma, o recurso é improcedente.

Tipo 1 - BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Resposta correta: C) As pessoas com febre devem evitar ir ao local de trabalho ou a lugares públicos, até que a febre diminua.

Comentário do gabarito:

A afirmativa C está correta, pois evitar contato com outras pessoas durante o período de febre é uma medida importante para reduzir a disseminação do vírus da influenza, já que o vírus é altamente transmissível, especialmente por gotículas respiratórias. Essa é uma prática recomendada em diretrizes globais de controle de infecções respiratórias.

As outras opções estão incorretas:

- A) O ato de lavar as mãos é uma medida fundamental na prevenção da transmissão de infecções respiratórias, incluindo a influenza, sendo fortemente recomendada por autoridades sanitárias.
- B) A vacinação contra a influenza é recomendada para crianças de seis meses a cinco anos de idade, pois este grupo é considerado prioritário devido ao maior risco de complicações graves.
- D) A vacinação antes do início da circulação sazonal do vírus é mais eficaz na prevenção de casos graves, sendo uma estratégia preventiva amplamente adotada.

Fonte:

- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Influenza (Seasonal). WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int>. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica da Influenza. 2023.

Tipo 1 - BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Resposta correta: D) Devem ser estabelecidos dentro dos limites territoriais do município, não sendo possível ter mais de um município em sua composição.

Comentário do gabarito:

A afirmativa D está incorreta porque os distritos sanitários podem ser estabelecidos tanto dentro dos limites de um único município quanto abranger mais de um município, dependendo das necessidades de organização territorial e dos serviços de saúde. Em áreas metropolitanas ou regiões de baixa densidade populacional, é comum que um distrito sanitário inclua mais de um município para promover a integração e otimização dos recursos de saúde.

As demais afirmativas estão corretas:

A) Os distritos sanitários buscam articular os níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária), garantindo continuidade no cuidado ao paciente.

B) A descentralização e a integração dos serviços de saúde são objetivos fundamentais dos distritos sanitários, promovendo maior eficiência no SUS.

C) Os distritos sanitários são unidades territoriais que auxiliam no planejamento e organização dos serviços de saúde, considerando as características da população local.

Fonte:

- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de (orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Operacionais do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

Tipo 1 - BRANCA

32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa **D** é, sem dúvida, a mais adequada entre as opções fornecidas. Ela está diretamente alinhada com os princípios da educação popular em saúde, que valorizam o diálogo aberto, a escuta ativa e o empoderamento comunitário. Ao agradecer o feedback do morador, o Agente de Combate a Endemias (ACE) reconhece suas preocupações e cria um ambiente de confiança. Ao explicar pacientemente os benefícios das ações e ao incentivar a participação contínua e comunitária, o ACE promove a conscientização de que a luta contra a dengue não é responsabilidade de um único indivíduo, mas sim um esforço coletivo que depende da colaboração de todos para ser eficaz. Essa abordagem reflete a necessidade de envolver a comunidade nas soluções de saúde, o que é um dos pilares da educação popular, e rejeita atitudes de imposição ou desinteresse por parte dos profissionais de saúde. As outras alternativas (A, B e C) não respeitam os princípios de empatia, diálogo e colaboração essenciais para o sucesso das políticas públicas de saúde.

A resposta foi formulada com base nos princípios da **educação popular em saúde**, amplamente discutidos na literatura de saúde pública e orientações sobre trabalho comunitário. A abordagem segue conceitos centrais como **envolvimento**

comunitário, participação ativa e diálogo respeitoso, defendidos por organizações como a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e o **Ministério da Saúde do Brasil**.

Esses princípios estão descritos em documentos como:

- **Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)**, que enfatiza o trabalho em equipe e a participação comunitária na prevenção de doenças.
- **Diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde**, que destacam a educação como ferramenta de fortalecimento da cidadania e empoderamento para o cuidado coletivo da saúde.
- **OMS**, que defende a participação e o aprendizado mútuo entre profissionais de saúde e a população, baseados no diálogo.

Tipo 1 - BRANCA

36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dentre as alternativas apresentadas, a principal atividade que **não corresponde** às responsabilidades primárias do Agente de Combate a Endemias é a **realização de campanhas de vacinação (Alternativa A)**. De acordo com a **Lei nº 11.350/2006**, as principais atribuições do Agente de Combate a Endemias incluem a vigilância e o controle de doenças transmitidas por vetores, como o **Aedes aegypti**, e ações educativas à população para prevenção de doenças. A vacinação, por sua vez, é uma tarefa atribuída a **outros profissionais de saúde**, como enfermeiros, médicos e agentes comunitários de saúde, não sendo função do ACE. A vacinação é uma ação coletiva e de coordenação da saúde pública, sendo realizada por equipes especializadas, e não exclusivamente pelo Agente de Combate a Endemias. Portanto, a alternativa **A** está incorreta e não faz parte das responsabilidades primárias do ACE.

Fonte:

- Lei nº 11.350/2006

Tipo 1 - BRANCA

38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A candidata está se referindo ao **Art. 25 da Lei nº 8.142/1990**, que de fato aborda a responsabilidade dos Conselhos de Saúde, incluindo o Conselho Municipal de Saúde, na supervisão da execução de ações e serviços de saúde, bem como na alocação de recursos financeiros.

No entanto, a interpretação apresentada na resposta da candidata não está completamente correta em relação à aplicabilidade da Lei nº 8.142/1990. O Art. 25 menciona que as decisões dos Conselhos sobre a alocação de recursos financeiros **devem ser homologadas pelo Ministério da Saúde** antes de serem implementadas, mas isso se aplica no contexto dos **Conselhos Estaduais e Nacional de Saúde**, ou seja, a homologação é necessária quando se trata de decisões de alocação de recursos em nível federal ou estadual. Para o **Conselho Municipal de Saúde**, a homologação pelo Ministério da Saúde **não é necessária** para a execução dos recursos, já que as decisões locais são de competência do próprio Conselho Municipal, dentro de sua jurisdição.

Portanto, a alternativa correta permanece sendo:

B) Responsável por aprovar a proposta orçamentária do município referente aos recursos destinados à saúde, incluindo os destinados ao combate a endemias.

Esta alternativa está de acordo com a Lei nº 8.142/1990, que confere ao Conselho Municipal de Saúde a responsabilidade de aprovar a alocação de recursos a nível municipal sem a necessidade de homologação do Ministério da Saúde, em contrastante com o que ocorre no nível federal ou estadual.

As demais alternativas (A, C e D) ainda são incorretas por motivos previamente explicados.

Art. 25. “Os Conselhos de Saúde serão responsáveis por acompanhar a execução das ações e serviços de saúde, inclusive os recursos financeiros destinados a essas ações. As decisões do Conselho sobre a alocação de recursos financeiros devem ser homologadas pelo Ministério da Saúde antes de serem implementadas.”

Esse artigo trata do acompanhamento e da aprovação da alocação de recursos no SUS, mas a homologação pelo Ministério da Saúde é prevista para o **Conselho Nacional e Estadual de Saúde**, e não para o **Conselho Municipal de Saúde**, que possui autonomia para aprovar os recursos dentro de sua esfera de atuação.

Fonte:

- **Art. 25 da Lei nº 8.142/1990**

Tipo 1 - BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fundamentação das alternativas apresentadas está alinhada com as **atribuições** do Agente de Combate a Endemias (ACE) conforme definido pela **Portaria nº 2.436/2017**, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e descreve as funções do ACE. Essa portaria estabelece que o ACE deve **identificar problemas de saúde nas comunidades, realizar ações de controle de endemias** e colaborar com a **vigilância epidemiológica**, incluindo o **monitoramento de áreas endêmicas**, como é o caso da dengue.

A **Portaria nº 2.436/2017** estabelece que os Agentes de Combate a Endemias são responsáveis por ações como:

- **Desenvolver atividades de controle de vetores** e a **vigilância de fatores de risco** para doenças transmissíveis, como a dengue.
- **Participar de processos de planejamento e gestão** das ações de saúde pública, propondo ajustes nas rotas de trabalho, no caso de aumento da demanda, para melhorar a **cobertura e a eficiência das ações de controle**.

Esse conjunto de atribuições justifica a resposta **C** como a mais apropriada, uma vez que a **revisão das rotas de trabalho** é uma ação imediata para otimizar o processo de controle da dengue na comunidade afetada, o que corresponde diretamente à necessidade descrita na questão.

Por outro lado, a solicitação de recursos e a elaboração de relatórios sobre a situação da dengue, embora importantes para a **gestão estratégica e a expansão de recursos**, são mais adequadas para uma atuação **de médio e longo prazo**, e não uma resposta imediata à alta demanda por inspeções domiciliares.

Fonte:

- **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**: estabelece as diretrizes para a **Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)** e define as responsabilidades dos Agentes de Combate a Endemias (ACE).

III

DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

07 de janeiro de 2025

INSTITUTO CONSULPLAN